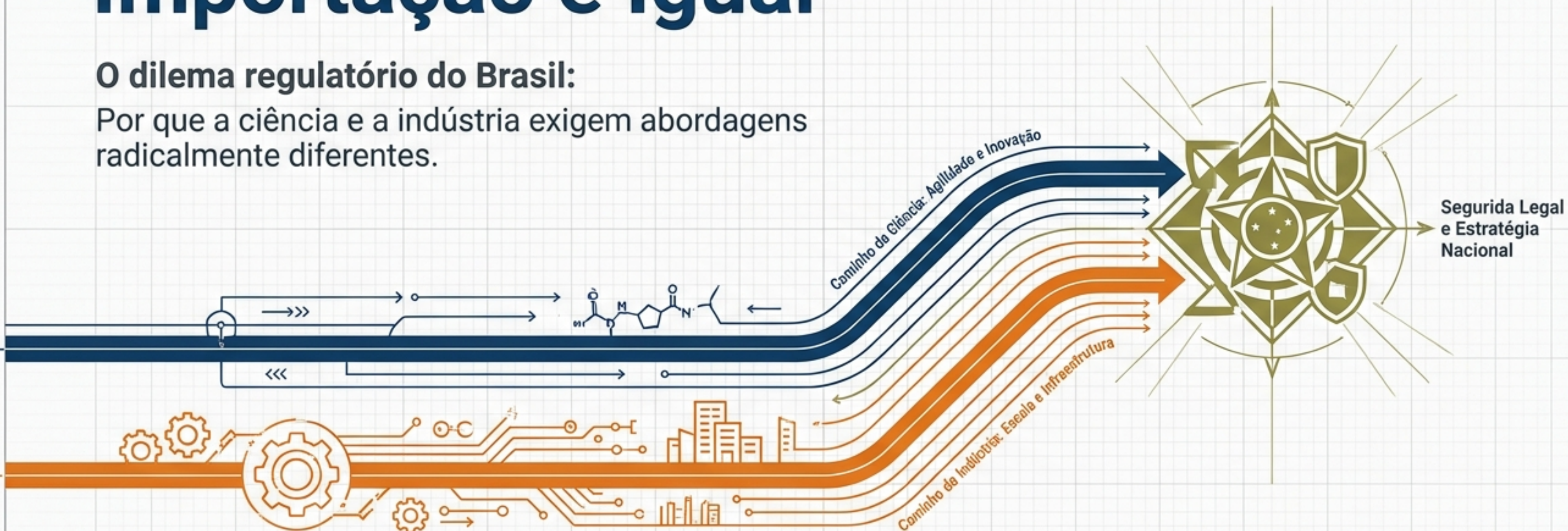


Nem Toda Importação é Igual

O dilema regulatório do Brasil:

Por que a ciência e a indústria exigem abordagens radicalmente diferentes.

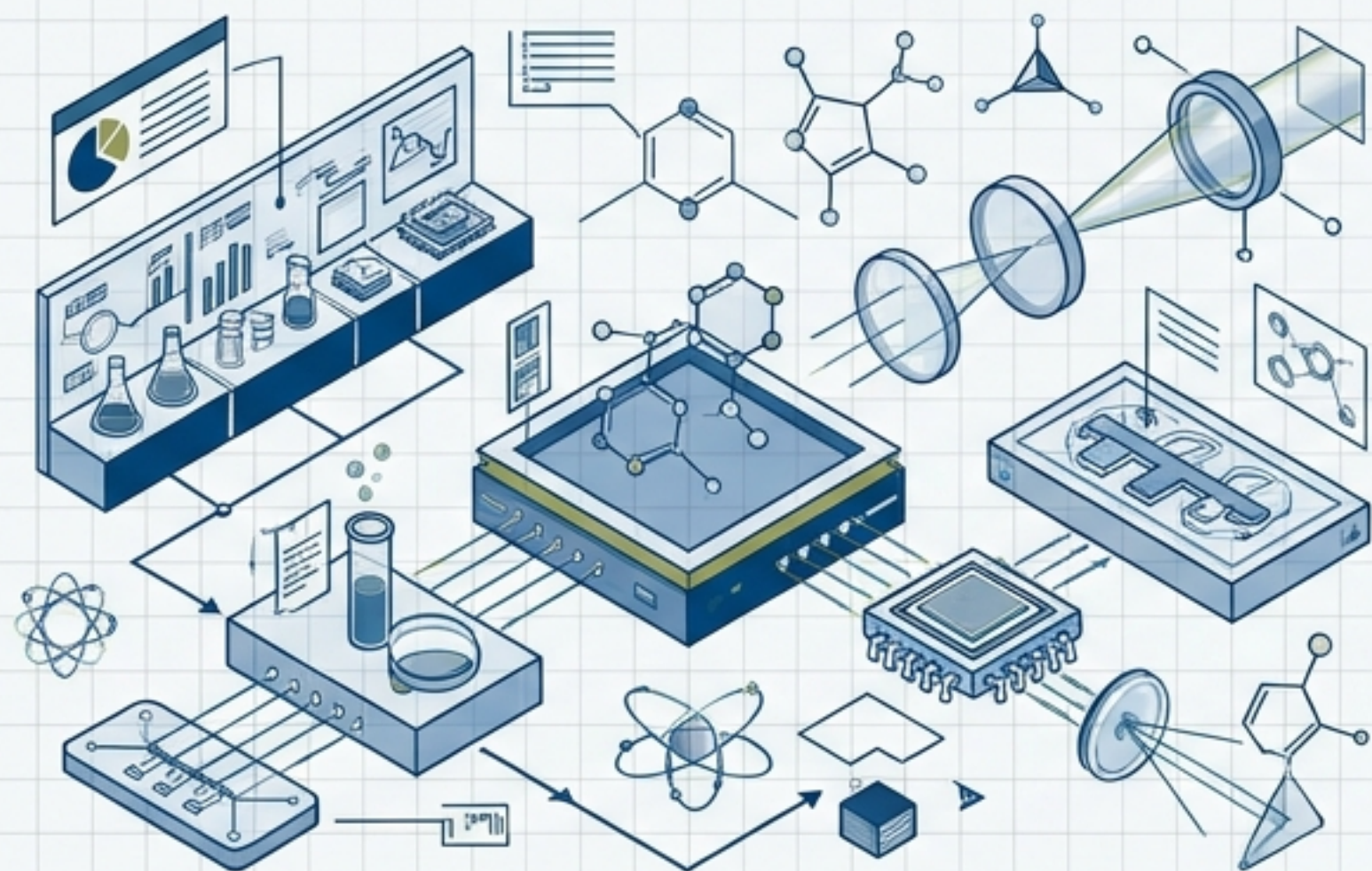


Uma análise estratégica do IVEPESP baseada na visão do Prof. Dr. Helio Dias.

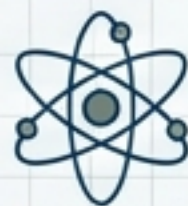
O Atual Dilema Brasileiro: Dois Debates, Uma Confusão Regulatória

À primeira vista, o Brasil enfrenta duas discussões idênticas sobre a abertura de mercado. Na prática, representam desafios diametralmente opostos para o desenvolvimento nacional.

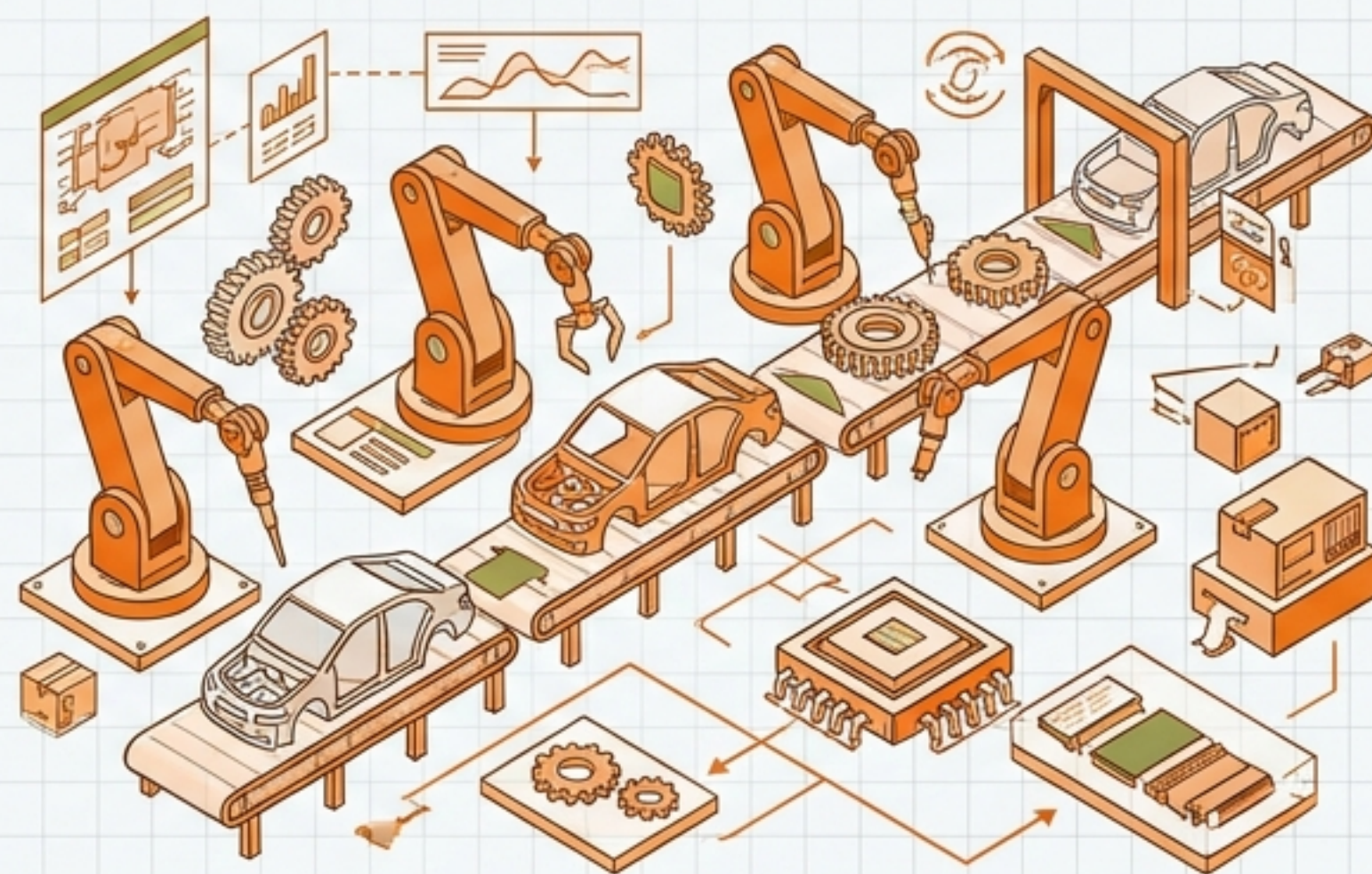
O Caso da Ciência



Entidades científicas e universidades pedem a eliminação de impostos e barreiras burocráticas para equipamentos e insumos.



O Caso da Indústria

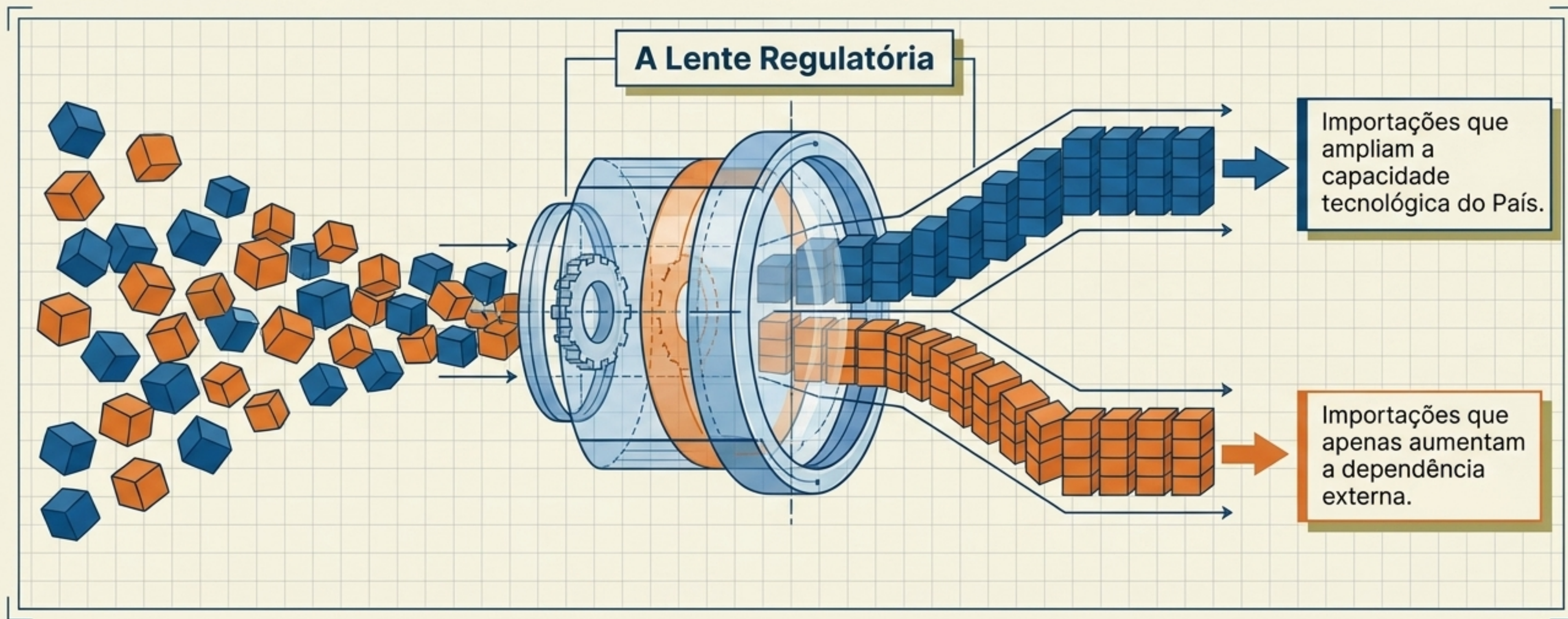


O setor produtivo reage fortemente à decisão do Gecex de restabelecer cotas de tarifa zero para veículos elétricos (SKD e CKD).



O Erro da Lente Única

O verdadeiro desafio nacional não é escolher de forma binária entre abrir ou fechar a economia. O erro estratégico reside em tratar a importação para a fronteira do conhecimento com as mesmas regras da importação de produtos de consumo final.



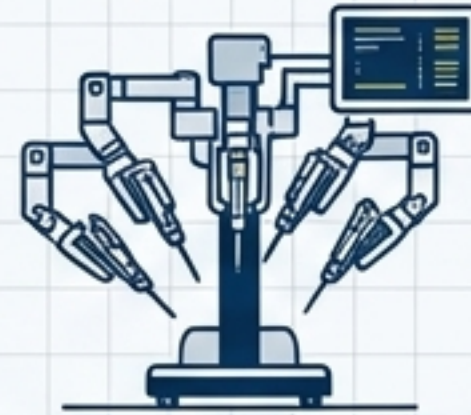
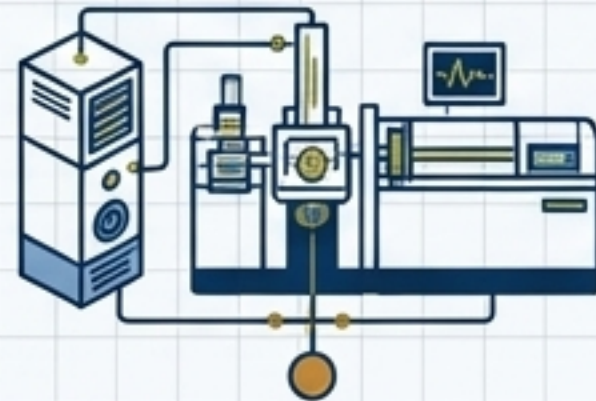
A Natureza da Importação Científica

Quando uma universidade ou instituto de pesquisa realiza uma importação, não há substituição da produção nacional. Trata-se do acesso a tecnologias inexistentes ou indisponíveis no mercado brasileiro.

Match Local: 0%



Microscópios de última geração



Equipamentos médicos avançados de alta precisão

Taxar a ciência significa aumentar o custo direto da produção de conhecimento e reduzir instantaneamente a capacidade do Brasil de competir no cenário internacional. O IVEPESP defende a ampliação imediata da imunidade tributária.

A Ciência Não Importa para Consumir. Importa para Criar.



INPUT NODE

Equipamentos e insumos
com tarifa zero e sem
burocracia.

PROCESS NODE

Geração de conhecimento +
Formação de recursos humanos
altamente qualificados.

OUTPUT NODE

Desenvolvimento de inovações
+ Produção de patentes
+ Criação de novas empresas.

Diferente do varejo, a importação científica não é o fim do ciclo econômico, mas o marco zero para a ampliação da competitividade soberana do País.

O Caso da Indústria e a Ilusão da Abertura Passiva

A situação muda drasticamente nas políticas industriais, como evidencia o recente debate sobre veículos elétricos SKD e CKD. As nações que hoje lideram a inovação mundial (EUA, Alemanha, Coreia do Sul, Japão, China) não construíram seu sucesso apenas pela abertura comercial. Elas combinaram:



Investimento massivo em ciência.

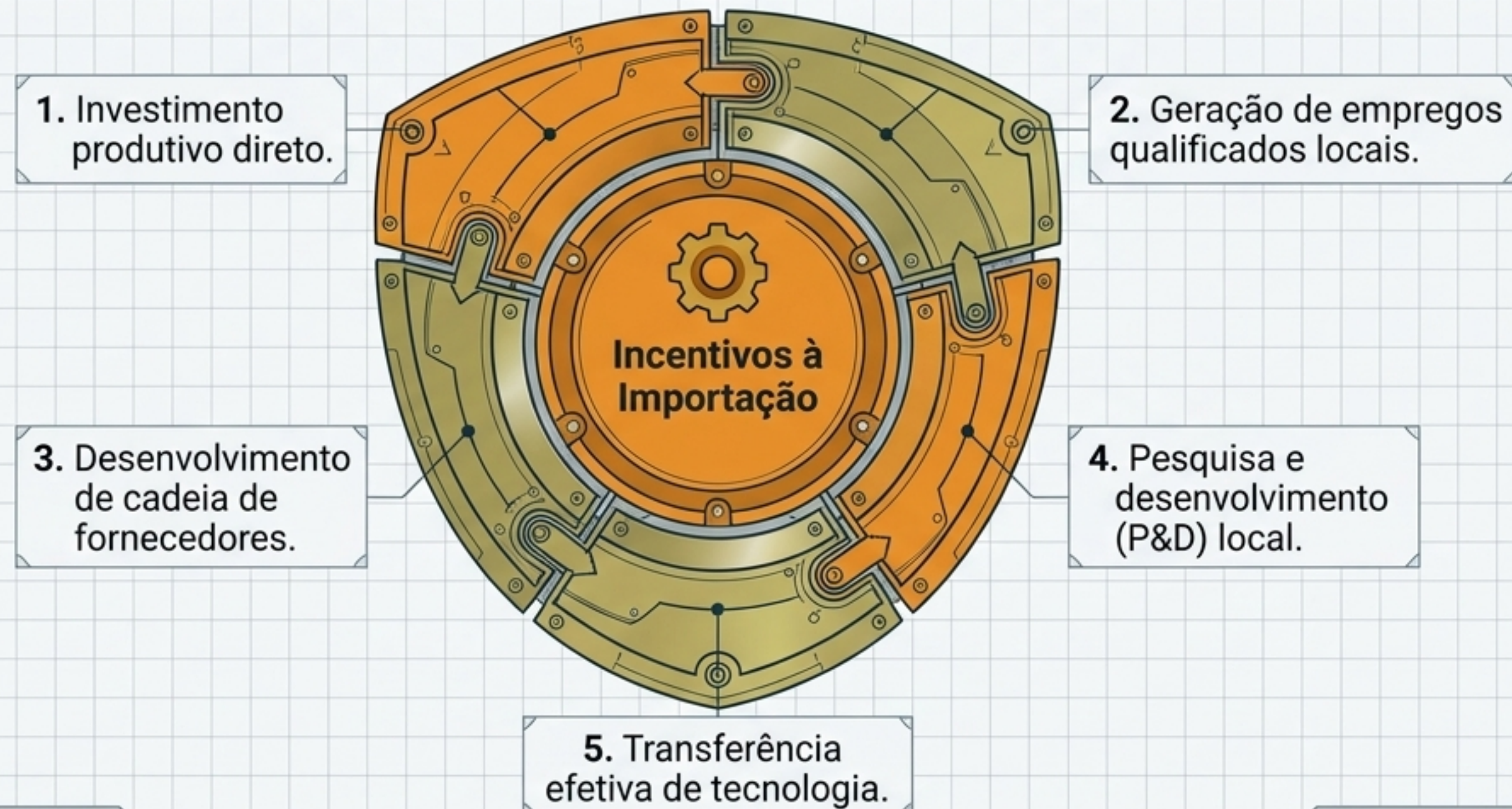
Fortalecimento deliberado da indústria local.

Formação de capital humano.

Políticas para construção de capacidade tecnológica própria.

O Motor da Política Industrial: O Princípio da Contrapartida

Qualquer incentivo à importação de produtos industrializados deve ser rigorosamente condicionado. A abertura do mercado interno deve atuar como uma alavanca para o desenvolvimento interno.

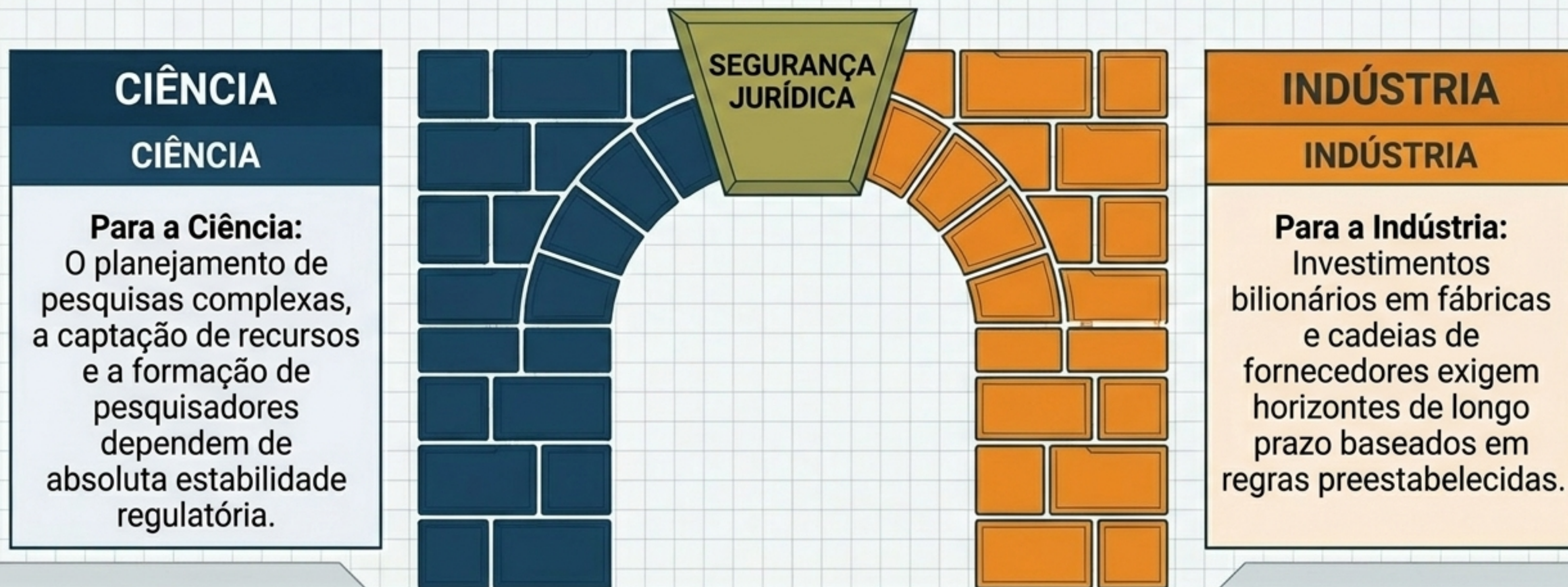


Matriz de Diagnóstico: A Diferença Fundamental

	CIÊNCIA	INDÚSTRIA
Objetivo Primário	Criação de conhecimento e tecnologia de fronteira.	Consumo, comercialização e produção em escala.
Impacto na Produção Local	Nulo (as tecnologias importadas não existem no Brasil).	Alto (concorre diretamente com o setor produtivo nacional).
Ação Regulatória Exigida	Imunidade tributária total e eliminação de barreiras burocráticas.	Incentivos estritamente atrelados a contrapartidas de investimento e P&D.
Meta de Longo Prazo	Autonomia intelectual e competitividade global.	Autonomia produtiva e cadeia de suprimentos resiliente.

O Elo Perdido: A Segurança Jurídica

Existe um aspecto ainda mais crítico que unifica ambas as discussões. Independentemente da política escolhida, o Estado atua como o arquiteto da confiança. A previsibilidade regulatória é o principal ativo de qualquer economia moderna.



O Efeito Cascata da Imprevisibilidade

Fase 1: Mudança Inesperada

Alteração repentina de regras após investimentos já realizados.

Fase 2: Ambiente de Incerteza

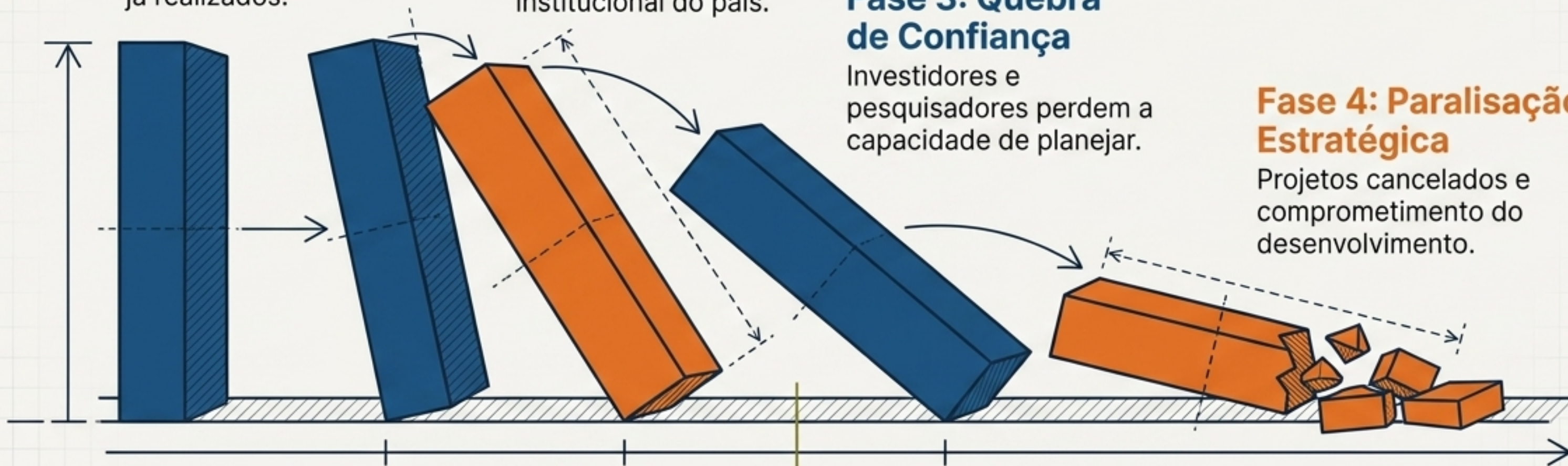
Aumento imediato da percepção de risco institucional do país.

Fase 3: Quebra de Confiança

Investidores e pesquisadores perdem a capacidade de planejar.

Fase 4: Paralisação Estratégica

Projetos cancelados e comprometimento do desenvolvimento.



Regra de Ouro: Alterações relevantes em políticas públicas devem ocorrer de forma transparente, previsível e com mecanismos de transição adequados.

A Arquitetura do Desenvolvimento Sustentável



Fragilizar qualquer um destes três pilares significa comprometer estruturalmente o futuro do País.

O Posicionamento Institucional

O Brasil não pode tributar o conhecimento que produz futuro nem alterar, sem previsibilidade, as regras que orientam investimentos produtivos.

Ciência, inovação e segurança jurídica não são pautas concorrentes. São partes inseparáveis da mesma estratégia de desenvolvimento nacional.

Prof. Dr. Helio Dias, Presidente do IVEPESP.